



3º Simpósio Avaliação da Educação Superior
05 e 06 de setembro de 2017
Florianópolis – SC – Brasil
ISBN: 978-85-68618-04-2



ARTICULAÇÃO ENTRE PLANEJAMENTO E AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: PROPOSTA DE UMA IES COMUNITÁRIA

GREICE SCREMIN

Centro Universitário Franciscano
greicescremin@gmail.com

FERNANDA FIGUEIRA MARQUEZAN

Centro Universitário Franciscano
marquezanfernanda@gmail.com

SIBILA ROCHA

Centro Universitário Franciscano
sibila.rocha@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho apresenta e discute uma proposta de autoavaliação articulada com o planejamento institucional de uma IES comunitária do interior do Rio Grande do Sul. O artigo evidencia a necessidade do desenvolvimento de uma cultura avaliativa de caráter institucional que congregue a participação da comunidade por meio da colaboração, tanto no processo de autoavaliação, como no de subsídios para o planejamento institucional. Trata-se de um estudo qualitativo de cunho bibliográfico, desenvolvido no contexto de uma Comissão Própria de Avaliação. Este estudo foi efetivado para fins de qualificação do processo de autoavaliação, sendo materializado na atualização do Projeto de Autoavaliação Institucional da IES em questão. Os arranjos teóricos destacam o papel da autoavaliação como instrumento de gestão, bem como a compreensão de que o conhecimento da realidade institucional, permite a melhoria da articulação entre as políticas de ensino, pesquisa e extensão. Portanto, a qualidade acadêmica é perpassada pela coerência entre a missão, os princípios educativos e as políticas institucionais realizadas. Por fim, faz-se necessário possibilitar aos membros da comunidade acadêmica, a autoconsciência de suas qualidades, dificuldades e desafios, a fim de aprimorar a cultura avaliativa.

Palavras chave: Projeto de Autoavaliação Institucional; Comissão Própria de Avaliação; Cultura Avaliativa.

1. INTRODUÇÃO

A complexidade do mundo contemporâneo, decorrente das questões sociais, político-educacionais, das tecnologias de informação e comunicação, dentre outros fenômenos, as instituições de educação superior são desafiadas a uma reconfiguração como espaços formativos de qualidade que transcendem a perspectiva tradicional do ensino, da pesquisa e da extensão. Tais configurações apresentam-se cada vez mais relacionadas às demandas de gestão para a qualidade da educação superior, bem como para atender a legislação vigente que avalia e regula esse nível de ensino e que torna imprescindível os processos avaliativos, externos e internos, destacando-se a autoavaliação.

Nesse sentido, Morosini (2014, p. 386) destaca que “[...] novos desafios estão postos, dos quais se destaca considerar as demandas locais num contexto global”. Para tanto, as universidades caracterizam-se como agências de desenvolvimento humano e social (BAWDEN, 2013). Trata-se, portanto, da transição entre configurações em construção para o mundo contemporâneo e concepções refletoras de tendências históricas, caracterizando, assim, os Contextos Emergentes em Educação Superior (MOROSINI, 2014).

No contexto institucional, a autoavaliação precisa ter caráter diagnóstico mais amplo, de modo a refletir sobre a missão, objetivos, gestão acadêmica e planejamento futuro, com intuito de viabilizar uma educação com a qualificação do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão universitária. Assim, é necessário que as Instituições de Ensino Superior - IES desenvolvam um processo de autoavaliação contínuo de análises e reflexões sobre as suas atividades administrativas e pedagógicas, objetivando o aprimoramento institucional, a partir do conhecimento da realidade e de sua projeção.

Este artigo discute, nesse âmbito, uma proposta de autoavaliação articulada com o planejamento institucional de uma IES comunitária do interior do Rio Grande do Sul. O artigo evidencia a necessidade do desenvolvimento de uma cultura avaliativa de caráter institucional que congregue a participação da comunidade por meio da colaboração, tanto no processo de autoavaliação, como no de subsídios para o planejamento institucional. Trata-se de um estudo qualitativo de cunho bibliográfico, desenvolvido no contexto de uma Comissão Própria de Avaliação. Este estudo foi efetivado para fins de qualificação do processo de autoavaliação, sendo materializado na atualização do Projeto de Autoavaliação Institucional da IES em questão.

Tem-se, portanto, a necessidade do desenvolvimento de uma cultura avaliativa que permita florescer uma gestão colaborativa, uma vez que o diagnóstico institucional resulta da cultura investigativa, viabilizada no compromisso coletivo de concretizar o processo de apropriação crítica e reflexiva do conhecimento. Para isso, a Instituição tem concentrado esforços no aperfeiçoamento de mecanismos que possibilitem imprimir, pela sensibilização da comunidade universitária, atitudes construtivas na concepção de avaliação como processo dinâmico para a melhoria da realidade. Essa concepção é necessária não só para reconhecer limites e comprovar potencialidades, mas também para permitir a construção de conhecimentos e a transformação de suposições em constatações pertinentes para a tomada de decisões.

Assim, em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional - PPI, os resultados da autoavaliação, bem como das avaliações externas, constituem-se como subsídios para a gestão acadêmico-administrativa, face às mudanças de âmbito institucional e da realidade externa. Busca-se, também, aprimorar a cultura avaliativa a fim de envolver, cada vez mais, os atores, sujeitos da comunidade acadêmica, em um processo de mobilização para o conhecimento

crítico-reflexivo do desempenho global da Instituição, diante dos aspectos sociais, éticos, culturais e acadêmicos de sua missão.

O fortalecimento da cultura avaliativa e da gestão colaborativa envolve a avaliação da aprendizagem, do currículo, dos docentes e discentes, da infraestrutura e dos setores de apoio administrativo, dentre outros. É por meio da análise dos resultados que se possibilita o planejamento e a realização de novas ações para a sua melhoria e o seu aperfeiçoamento. Dessa forma, a proposta de autoavaliação institucional abarca aspectos fundamentais para a qualidade dos cursos superiores, a partir da abordagem de modo isonômico entre as modalidades (presencial e EAD), visando estabelecer uma sistemática de autoavaliação institucional e de cursos, em seus variados eixos e dimensões.

Para tanto, o estudo teórico realizado, viabilizou a revisão e atualização do Projeto de Autoavaliação Institucional expressando uma profunda reestruturação da programação sistemática de autoavaliação, para ambas as modalidades educacionais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONCEPÇÃO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A autoavaliação institucional é um processo coletivo de conhecimento, interpretação e reflexão sobre as ações desenvolvidas pela comunidade acadêmica, pelo qual se objetiva elevar a qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão. Constitui um modo de trabalho acadêmico por meio do qual se constrói conhecimento sobre a própria realidade e se institui em instrumento de aprimoramento da qualidade de todos os segmentos institucionais, pois sua função principal é educativa.

O processo de autoavaliação precisa ser uma fonte geradora de prioridades a partir da autorreflexão da comunidade acadêmica sobre o trabalho desenvolvido na Instituição. Nessa perspectiva, a autoavaliação “Deve ter uma função muito mais crítica, que meramente de constatação. Deve analisar o realizado, mas para melhor cumprir o que há por realizar” (SOBRINHO, 2003, p. 180).

A autoavaliação institucional é uma proposta de visualização crítica da Instituição diante da realidade e dos desafios da sociedade contemporânea. Por isso, como parte da concepção educativa e do Plano de Desenvolvimento Institucional, a autoavaliação contribui para a sua concretização, uma vez que considera a necessidade de planejar o seu desenvolvimento com visão de presente e de futuro. Assim, a relevância desse processo para a melhoria da qualidade se caracteriza como “uma prática social orientada, sobretudo para produzir questionamentos e compreender os efeitos pedagógicos, políticos, éticos, sociais, econômicos do fenômeno educativo” (SOBRINHO, 2003, p. 177).

Portanto, avaliar uma Instituição significa ultrapassar a coleta de dados e fazer análises e reflexões sobre as informações coletadas, com a intenção de potencializar os aspectos positivos e superar as dificuldades evidenciadas pelo processo avaliativo. Esse processo permite ainda a realização do acompanhamento das ações decorrentes dos processos de autoavaliação. Nessa perspectiva, a avaliação tem como postulado a problematização e a produção de sentidos, muito mais do que medidas e quantificações e isso requer a colaboração ativa da comunidade acadêmica.

A autoavaliação faz parte de um projeto maior do desenvolvimento institucional, em que se deve considerar a vinculação com o desenvolvimento humano, ou seja, as pessoas e seu fazer universitário.

2.1.1. Princípios e diretrizes da autoavaliação institucional

A autoavaliação na IES fundamenta-se nos princípios institucionais, contidos no seu Projeto Pedagógico Institucional, que evidenciam a constituição da identidade institucional e envolvem: autonomia, diversidade, ética, excelência, inserção, integralidade, sustentabilidade e meio ambiente, universalidade e internacionalização.

Além dos princípios institucionais, a autoavaliação está circunscrita pelos princípios estabelecidos pela Lei nº 10.861/2004 que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, quais sejam: - Responsabilidade social com a qualidade da educação superior; - Reconhecimento da diversidade do sistema; - Respeito à identidade, à missão e à história das instituições; - Globalidade, isto é, compreensão de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada; - Continuidade do processo avaliativo.

Desse modo, compreende-se que, para se atingir os propósitos da autoavaliação institucional, é necessário não só um conjunto de princípios e objetivos, mas também diretrizes que permitam o desencadeamento de um processo coerente, ético, colaborativo e transparente. De acordo com esse contexto, a avaliação institucional desenvolver-se-á por meio das seguintes diretrizes: - Desenvolve-se por meio de um processo permanente, sistemático e dinâmico de consulta à Comunidade Universitária, adotando mecanismos que envolvam, de forma colaborativa, todos os segmentos institucionais, primando pela transparência do processo avaliativo; - Não se constitui como instrumento de controle, punição ou premiação, mas conduz a Instituição na busca da melhoria para o alcance de seus compromissos institucionais, com um caráter essencialmente formativo, ou seja, de estímulo ao desenvolvimento institucional e dos membros de sua comunidade; - É conduzida de forma integrada e isonômica entre as modalidades (presencial e a distância) para evitar a fragmentação e abranger o contexto institucional global, de forma a evidenciar os aspectos críticos, as soluções desejadas e possíveis de serem realizadas, respeitadas as especificidades e peculiaridades; - É um instrumento de intervenção qualitativa no desenvolvimento do processo de construção e de solidificação e na qualidade de suas ações, no que se refere ao atendimento das demandas sociais; - Realiza-se em consonância com as metas e os objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional, a fim de ser um mecanismo permanente de garantia e desenvolvimento das políticas institucionais.

Nesse sentido, o objetivo central do processo de autoavaliação no contexto estudado trata de estabelecer a sistemática de autoavaliação institucional e de cursos, em seus variados eixos e dimensões. Esse objetivo está desdobrado nos seguintes objetivos específicos: - Conhecer a realidade institucional, buscando a melhoria da articulação entre as políticas de ensino, pesquisa e extensão; - Avaliar a coerência entre a missão e as políticas educacionais realizadas, visando à melhoria da qualidade acadêmica; - Aprimorar a cultura avaliativa no intuito de possibilitar aos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, dificuldades e desafios; - Estabelecer mecanismos institucionalizados e colaborativos para a operacionalização da autoavaliação institucional;

- Desenvolver um processo de autoavaliação cíclico, crítico-reflexivo e renovador de análise e síntese das dimensões que definem a Instituição, com caráter formativo e de autoconhecimento; - Subsidiar a gestão institucional face à realização de avaliações externas de regulação, por meio de diagnósticos e análises prévias de suas práticas institucionais, contribuindo para a qualidade da educação na Instituição; - Acompanhar as ações decorrentes dos processos avaliativos sedimentando a relação da autoavaliação com a gestão institucional.

2.1.2 Estrutura e dinâmica avaliativa

O processo de autoavaliação na IES organiza-se, portanto, a partir de uma estrutura planejada, porém com uma dinâmica que observa e contempla as demandas cotidianas da

Instituição, por meio da qual se contemplam os cinco eixos avaliativos propostos para integrar as Dimensões da Avaliação, de acordo com o SINAES, apresentados a seguir: Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional (Dimensão 8 – Planejamento e Autoavaliação; Relato Institucional); Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional (Dimensão 1 – Missão e PDI; Dimensão 3 – Responsabilidade Social); Eixo 3 – Políticas Acadêmicas (Dimensão 2 – Ensino, Pesquisa e Extensão; Dimensão 4 – Comunicação com a Sociedade; Dimensão 9 – Políticas de Atendimento aos Estudantes); Eixo 4 – Políticas de Gestão (Dimensão 5 – Políticas de Pessoal e Carreira do Corpo Docente e Técnico-administrativo; Dimensão 6 – Políticas de Gestão; Dimensão 10 – Sustentabilidade Financeira); Eixo 5 – Infraestrutura (Dimensão 7 – Infraestrutura).

Desse modo, esse processo envolve um conjunto de ações planejadas e desenvolvidas de forma conexas entre si e que busca o envolvimento e a colaboração da comunidade acadêmica, conforme a sistematização da Figura 1:

Figura 1: Estrutura e dinâmica avaliativa.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2016.

2.1.3 Envolvimento e colaboração da comunidade acadêmica

A autoavaliação estabelece as bases para a construção coletiva de uma cultura avaliativa, em que se propõe à comunidade acadêmica um protagonismo na construção do PAI, sob a coordenação da Comissão Própria de Avaliação, com as seguintes ações colaborativas:

- **Elaboração do Projeto de Autoavaliação Institucional** – o PAI tem caráter flexível e dinâmico, a fim de incorporar novas demandas da IES, tendo em vista a evolução institucional. Desse modo, as revisões periódicas que geram reformulações do PAI são realizadas assegurando-se a representatividade de todos os segmentos da comunidade acadêmica (professores, funcionários técnico-administrativos e estudantes) por meio da CPA.

- Desenvolvimento do processo avaliativo:

Revisão e criação de instrumentos de autoavaliação: os instrumentos de autoavaliação são previstos no PAI (conforme anexo), porém são realizadas revisões com periodicidade anual, bem como a criação de novos instrumentos que contemplem as demandas institucionais. Essas revisões contam com a participação de pró-reitores, diretores de unidade, coordenadores de cursos, professores e estudantes representantes da CPA e equipe consultiva.

Aplicação dos instrumentos de autoavaliação – a aplicação é realizada de forma *online* no sistema interno da Instituição para toda a comunidade acadêmica. A CPA, juntamente com a Unidade de Tecnologia da Informação, disponibiliza os instrumentos e acompanha a participação da comunidade, com a dinamização da divulgação dos instrumentos junto aos coordenadores de cursos e diretores de unidades, para que conscientizem professores, estudantes e funcionários sobre a relevância da sua participação na autoavaliação. A sensibilização de gestores (Coordenadores de cursos, NDEs e Diretores de Unidade) para responder aos instrumentos fica a cargo da CPA.

- **Análise dos resultados** – após a tabulação dos resultados pela Unidade de Tecnologia da Informação, os dados e informações são repassados à CPA para fins de disseminação aos cursos e/ou setores. A análise dos resultados específicos fica a cargo de cada curso/setor. A análise dos dados institucionais é realizada pela CPA, com participação de seus representantes.

- **Socialização dos resultados** – A CPA sistematiza as informações que serão socializadas e discutidas com os gestores (Coordenadores de curso, NDEs e Diretores de Unidade) e com estudantes representantes dos cursos (colegiados e diretórios acadêmicos). Esses atuam como disseminadores dos resultados e das discussões junto aos seus pares, no contexto dos cursos. A comunidade acadêmica também participa do registro das discussões que retroalimentam a autoavaliação institucional, inclusive no âmbito dos cursos.

2.1.4 Socialização dos resultados

Compreende-se que o processo de socialização envolve não só a apresentação dos resultados, como também a discussão desses dados que geram a retroalimentação das ações de planejamento e avaliação.

Assim, a Comissão Própria de Avaliação é responsável por sistematizar as informações coletadas para ampla divulgação junto à comunidade universitária e ao MEC. Nesse sentido, o Relatório de Autoavaliação será submetido anualmente, por meio do Sistema e- MEC, ao longo de um período de três anos. Nos dois primeiros anos, o relatório deverá ser inserido em sua versão parcial. No terceiro ano, será inserido em sua versão integral.

A divulgação/discussão dos resultados envolve a interação da CPA com a gestão dos cursos e de setores administrativos, bem como com a representação de estudantes de colegiados e diretórios acadêmicos. Essa interação tem o objetivo de estimular o desenvolvimento da cultura de avaliação por meio da disseminação das discussões sobre autoavaliação, já que cria-se uma rede de comunicação sobre a temática. Ainda a respeito da socialização dos resultados, faz-se necessário o registro sistematizado das discussões suscitadas, pois a partir dele, é possível o encaminhamento de ações de planejamento.

3. METODOLOGIA

A abordagem metodológica foi a qualitativa, de cunho bibliográfico. Com a abordagem qualitativa, objetiva-se compreender aspectos da realidade que não podem ser quantificados, portanto, preocupa-se com o aprofundamento da compreensão e da explicação do comportamento e das experiências humanas e das relações sociais. Nessa direção, no

enfoque qualitativo, há a preocupação de entender o processo, mediante o qual, as pessoas constroem significados e também descrever em que consistem esses significados, ou seja, nesta abordagem, a base é a percepção e a compreensão humana (STAKE, 2011).

A pesquisa bibliográfica consiste em identificar e conhecer as diferentes produções científicas acerca de um determinado tema ou assunto investigado, com o intuito de analisar as principais contribuições teóricas, de forma que o pesquisador, possa utilizá-las para confirmar, refutar, confrontar ou enriquecer suas proposições.

Para Lakatos e Marconi (2011), a pesquisa bibliográfica, abarca toda bibliografia já publicada em relação à temática estudada e a sua principal função é colocar o pesquisador em contato com tudo o que foi produzido sobre tal assunto. Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica utiliza-se de material já elaborado, em diversos tipos de fontes, constituído basicamente por livros, artigos, documentos oficiais, anais, meios eletrônicos, manuais (GIL, 2010).

Desse modo, para este estudo, valeu-se de obras, referentes à avaliação da educação superior, autoavaliação institucional, CPA, gestão universitária; de documentos institucionais, como o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), e de marcos regulatórios da educação superior, dentre eles: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), lei nº 9394/96, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), lei nº 10.861/2014.

4. RESULTADOS

4.1 EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA ARTICULAÇÃO ENTRE AUTOAVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO

A avaliação institucional caracterizou-se como um processo sistemático e contínuo, que possibilita a reflexão sobre as atividades desenvolvidas pela comunidade acadêmica e pela administração institucional. Constitui-se também em um repensar das atividades desenvolvidas, pois objetiva superar os aspectos diagnosticados como merecedores de maior atenção, isso permite o aperfeiçoamento permanente da qualidade institucional.

A realização da autoavaliação, na IES, iniciou-se no ano de 1999 pela graduação e envolveu três dimensões: disciplinas, desempenho docente e autoavaliação discente. Com os resultados dessas avaliações, encaminharam-se estratégias de mudança para a melhoria dos cursos preexistentes e criação de novos cursos, tendo em vista a autonomia da IES. Dessa forma, a autoavaliação institucional ofereceu subsídios para complementar o planejamento sistematizado no PDI 1997-2002. No que tange aos processos de autoavaliação, no ano de 2001, iniciou-se a avaliação dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, tornando-se sistemática nos cursos de especialização oferecidos pela Instituição. Os resultados dessas avaliações permitiram a qualificação dos cursos ofertados, bem como a projeção de novos cursos *lato sensu*, e apontaram para a viabilidade da criação e implementação dos futuros cursos *stricto sensu*. Dessa forma, os resultados da autoavaliação vêm possibilitando o planejamento e a implementação de ações que permitem fazer ajustes e criar novas estratégias de ação e, assim, instaurar a renovação permanente da qualidade acadêmica e da gestão universitária.

Posterior a esse período, a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) no país, proporcionou à Instituição a oportunidade de reelaboração do projeto de autoavaliação. O Projeto de Autoavaliação da Instituição foi atualizado, ampliando as suas funções e níveis de abrangência para desenvolver um estudo

mais aprofundado, tendo em vista o aprimoramento da missão institucional e da qualificação da educação superior.

Assim, desde 1999, o processo de autoavaliação da Instituição orienta-se pelo PAI e, atualmente, tem por referenciais o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e as Diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O processo de autoavaliação na IES tem sido coordenado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), constituída de acordo com a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, Art. 11, por quatro representantes do corpo docente, dois representantes do corpo técnico-administrativo, três representantes do corpo discente e um membro da sociedade civil organizada. Na IES em tela, os membros são nomeados pelo reitor, sendo que os representantes do corpo discente são indicados pelo Diretório Central dos Estudantes e nomeados pelo reitor. Os mandatos dos componentes da CPA são de dois anos, podendo haver recondução. A CPA conta, na IES, com o apoio da Equipe Consultiva nomeada pelo reitor e é constituída por quatro docentes representantes das áreas de conhecimento, pelo pesquisador institucional, pelo assessor de planejamento e por um representante da Unidade de Tecnologia da Informação. Suas ações buscam estimular a cultura avaliativa na Instituição, colaborando com a CPA no desenvolvimento do processo de autoavaliação institucional.

Em sua trajetória, a Comissão Própria de Avaliação tem coordenado a autoavaliação institucional de acordo com os princípios de: I. preservação dos valores acadêmicos fundamentais, de liberdade e pluralidade de ideias, que se manifestam no cultivo à reflexão filosófica e ao conhecimento científico e cultural; II. respeito e valorização da ética, da expressão e do pensamento crítico; III. de transparência e de fidedignidade das informações coletadas no processo avaliativo; IV. atuação autônoma, em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição e; V. compromisso com a qualidade da educação superior.

Assim, a Comissão Própria de Avaliação – CPA tem seu regulamento próprio com a finalidade de condução dos processos avaliativos internos da Instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Anísio Teixeira – INEP. Os objetivos que orientam o trabalho da CPA são os seguintes: I – Desenvolver, de forma sistemática e permanente, a avaliação institucional como processo de autoconhecimento e de autocritica da Instituição, tendo em vista o aprimoramento das funções de ensino, pesquisa, extensão e gestão; II – Aprimorar a cultura avaliativa, na perspectiva de possibilitar aos membros da comunidade acadêmica autoconsciência de suas qualidades e desafios do presente e do futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para a sua operacionalização; III – Oportunizar à comunidade universitária, por meio de um processo avaliativo, diagnóstico e formativo, a análise de suas práticas acadêmicas e administrativas, tendo em vista a qualidade da educação superior na Instituição.

Essa nova configuração do processo de autoavaliação possibilitou a construção de um conhecimento mais aprofundado sobre as potencialidades da Instituição. Nesse sentido, nos relatórios de autoavaliação elaborados entre os anos de 2004 a 2007, observou-se um destaque acerca da necessidade de fortalecimento da cultura institucional interna. Portanto, os resultados da autoavaliação institucional promoveram a organização do PDI 2008-2011 com opções orientadoras que revelaram o compromisso educacional da Instituição, conjugando as novas bases legais (SINAES) com a missão, os objetivos e as metas.

Os resultados dos processos de autoavaliação do período de 2008 a 2013 apontaram a necessidade de aprimoramento da cultura avaliativa que contemplasse a gestão, o ensino, a pesquisa e a extensão como forma de revitalizar e inovar os mecanismos de gestão acadêmico-administrativa. Outro aspecto destacado nas avaliações tratou de evidenciar o

crescimento da atividade universitária, o que demandou a projeção da qualificação profissional dos colaboradores.

Em 2009, a IES passou por um processo de credenciamento institucional, onde avaliação, apontou para a ausência de cursos a distância ou apoio ao ensino presencial. Esse aspecto foi projetado para ser desenvolvido a partir do PDI 2012-2015, no qual constam as ações voltadas para o credenciamento institucional para a oferta de cursos a distância. Também foi pontuada a fragilidade da padronização no processo de autoavaliação de cursos de graduação, sendo que, a partir desse período, os Projetos Pedagógicos de Cursos foram elaborados contemplando o processo de autoavaliação, e a CPA orientou e sistematizou a produção dos relatórios de autoavaliação dos cursos de graduação. Ainda referente ao credenciamento do ano de 2009, houve a sinalização da necessidade de o Plano de Carreira estar registrado e homologado por órgão competente, sendo que essa ação foi prevista e implementada no ano de 2013. Outro aspecto apontado pela comissão de avaliação externa foi em relação ao conhecimento dos estudantes sobre os resultados do processo avaliativo. Dessa forma, o PDI de 2012-2015 possui indicadores que efetivam o planejamento de ações voltadas para uma concepção sistêmica de avaliação institucional, enfocando os estudantes.

Nessa caminhada, a Comissão Própria de Avaliação desenvolveu um processo avaliativo, formativo e reflexivo que tem impulsionado o crescimento da Instituição de forma transparente e consistente, em todas as suas instâncias administrativas, pedagógicas, científicas e tecnológicas.

Conforme a evolução institucional evidencia, a articulação entre planejamento e avaliação é compreendida na interação entre essas dimensões da gestão universitária. Desse modo, percebe-se que o processo de autoavaliação tem evoluído e se fortalecido em cumprimento ao seu papel de contribuir com o planejamento institucional. Sendo assim, compreende-se que o conhecimento gerado por esse processo tem permitido à comunidade universitária perceber a relevância educacional, científica, social e tecnológica de suas atividades, bem como tornar a relação da Instituição com a sociedade mais efetiva.

No tocante à autoavaliação, busca-se facilitar o processo de discussão e análise entre os membros da comunidade acadêmica, construindo a cultura avaliativa, agregando valor às diversas atividades da Instituição como um todo. Busca-se, também, identificar aspectos fundamentais para a qualidade dos cursos superiores e propor um processo contínuo de avaliação, envolvendo no âmbito dos cursos (presenciais e a distância).

Nessa perspectiva, o acompanhamento e a avaliação do planejamento e a execução do trabalho são realizados conforme definição sistemática nos documentos institucionais: PPI, PDI, Estatuto, Regimentos e demais documentos, com destaque para o Projeto de Avaliação Institucional, que aborda esse processo pelo prisma da avaliação e dos resultados correlatos, a partir de um conjunto de indicadores relativos à atuação dos profissionais docentes, aplicáveis quando das avaliações internas na IES.

Portanto, a trajetória de autoavaliação da IES evidencia, por meio da elaboração e reelaboração do PAI, que em um primeiro momento buscava instituir uma sistemática de autoavaliação baseada na leitura, análise e reflexão crítica da realidade. O segundo período foi marcado pela instituição do SINAES, no qual a autoavaliação ampliou suas funções e níveis de abrangência. O terceiro momento demandou a atualização do PAI, tendo em vista a projeção da Instituição na educação a distância, desenvolvendo, assim, a isonomia entre as modalidades de ensino na autoavaliação.

Considerando que a IES consolidou sua organização acadêmica (com destaque para a pós-graduação *stricto sensu* em sua correlação com o desenvolvimento de pesquisas científicas); tem histórico de avaliações com conceitos superiores e crescentes, tem o reconhecimento da sociedade; firma sua imagem em âmbito nacional e projeta-se no cenário internacional, o que justifica seu amadurecimento e aptidão para a transformação em

Universidade.

Portanto, diante do desafio emergente de continuar o seu processo de evolução, considera-se que a autoavaliação institucional contribuirá para a consolidação da qualidade acadêmica da IES, para a articulação entre ensino-pesquisa-extensão e para a gestão do planejamento institucional.

Destaca-se a necessidade de a autoavaliação institucional avançar no acompanhamento das ações dela decorrentes, buscando ampliar os aspectos da sua relação com a gestão institucional. Assim, a revisão e reestruturação do PAI se faz necessária, tendo em vista o momento de transformação da IES e a necessidade de embasar e justificar o trabalho desenvolvido pela Comissão Própria de Avaliação.

4.2 PLANEJAMENTO DE AÇÕES A PARTIR DOS RESULTADOS DO PROCESSO AVALIATIVO

A articulação entre o planejamento e a avaliação institucional se materializa no desenvolvimento de ações planejadas a partir dos resultados do processo avaliativo, sejam eles originários de avaliações internas ou externas. Assim sendo, a autoavaliação subsidia o planejamento de acordo com as diretrizes pedagógicas e de gestão expressas no Projeto Pedagógico Institucional, tais como:

a) As ações de autoavaliação institucional subsidiam o ensino, a pesquisa, a extensão, a gestão e o acompanhamento global do desempenho institucional que são planejados e materializados a partir do conhecimento da realidade concreta de cada setor que compõe a estrutura organizacional;

b) A autoavaliação possibilita o conhecimento acerca da qualidade e da utilização dos espaços institucionais que têm o propósito de uma formação profissional consistente diante das necessidades emergentes do mundo contemporâneo;

c) O Projeto Pedagógico de Curso se caracteriza como a base de gestão acadêmico-administrativa dos cursos e deve estar em constante processo de autoavaliação no sentido de: - Avaliar a promoção da confluência dos componentes que materializam a sua estrutura curricular; - Avaliar a sua constituição como um dos elementos que definem e operacionalizam parte das metas do PDI; - Avaliar a sua função de instrumento operacional, a partir do qual as políticas e ações programadas pela comunidade acadêmica são processadas, acompanhadas e avaliadas;

d) Os resultados das avaliações externas e internas fornecem subsídios para a organização da estrutura curricular e pedagógica dos cursos, respeitadas as diretrizes curriculares nacionais e a missão da instituição, assim como os programas de pesquisa e de extensão, a fim de permitir a integração e a retroalimentação do ensino-pesquisa-extensão;

e) A autoavaliação contribui no diagnóstico essencial para a criação, expansão e extinção de cursos, consideradas as capacidades e competências técnico-científicas dos cursos em manter uma formação de qualidade;

f) Os processos de autoavaliação dos cursos de graduação contribuem para qualificar a formação inicial, considerando que o processo de educação e profissionalização devem ser permanentes;

g) A autoavaliação institucional identifica a qualidade da colaboração mútua entre graduação e pós-graduação, mediada pelo ensino, pela pesquisa e extensão, em vista do aperfeiçoamento da formação profissional desses níveis de ensino;

h) O processo de autoavaliação no curso reconhece se a organização curricular expressa, de forma objetiva, a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como a flexibilização curricular;

i) A partir dos resultados da autoavaliação, é possível perceber se a dinâmica curricular dos cursos de graduação possibilita a introdução de novas formas e metodologias de aprendizagem que agreguem a pesquisa e a extensão;

j) A avaliação da pesquisa e da extensão identifica a qualidade da cooperação entre as áreas de conhecimento ofertadas pela Instituição, bem como as relações com a comunidade e a promoção de parcerias interinstitucionais e internacionais;

k) A autoavaliação permite identificar se as atividades curriculares complementares ofertadas suprem possíveis lacunas da estrutura curricular, e se elas se constituem como espaços da dinâmica curricular voltados ao desenvolvimento de conteúdos, atividades socioculturais e temas emergentes;

l) O processo de autoavaliação reconhece se os estágios curriculares se constituem como um conjunto de atividades teórico-práticas, que visa à superação de possíveis distanciamentos entre o pensamento e a ação e se promovem a aproximação concreta com o campo de trabalho;

m) A avaliação docente subsidia o desenvolvimento dos programas permanentes de capacitação pedagógica que estão em consonância com os programas de apoio a inovações pedagógicas;

n) A autoavaliação da infraestrutura identifica a qualidade da atualização do acervo bibliográfico, dos laboratórios de ensino e de pesquisa e dos setores de informática e multimídia;

o) A avaliação da gestão acadêmico-administrativa reconhece a operacionalização dos princípios da liderança proativa, gestão colaborativa, autonomia e compromisso;

p) A avaliação da gestão acadêmico-administrativa dos cursos verifica o caráter pedagógico e cultural e permite identificar o modo como ocorre a mediação entre o Projeto Pedagógico Institucional, o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Pedagógico de Curso, consoante as estratégias e ações do PAI;

q) Os projetos de autoavaliação dos cursos são parte integrante dos respectivos projetos pedagógicos e estão voltados ao estudo do conjunto das ações processuais que envolvem a especificidade da organização didático-pedagógica dos cursos. A execução do projeto de autoavaliação ocorre, simultaneamente, à progressão do Plano de Desenvolvimento Institucional, do Plano de Gestão e Projeto Pedagógico dos Cursos e dos resultados provenientes das avaliações internas e externas.

A articulação entre planejamento e avaliação é, portanto, compreendida na interação entre essas dimensões da gestão universitária, conforme se pode observar na Figura 2:

Figura 2: Articulação entre planejamento e avaliação.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2016.

Desse modo, percebe-se que o processo de autoavaliação tem evoluído e se fortalecido em cumprimento ao seu papel de contribuir com o planejamento institucional. Compreende-se que o conhecimento gerado por esse processo tem permitido à comunidade universitária perceber a relevância educacional, científica, social e tecnológica de suas atividades, bem como tornar a relação da Instituição com a sociedade mais efetiva.

5. CONCLUSÃO

Tendo em vista o nível elevado de padrão de qualidade acadêmica que a Instituição vem consolidando, sinaliza a sua importância como agente de desenvolvimento. Nesse sentido, a IES tem se lançado em um novo patamar de desafios, no que tange a sua contribuição na solução das demandas de desenvolvimento socioeconômico, tecnológico e cultural, nos níveis regional, nacional e internacional. A contribuição nesses aspectos ocorre por meio da preparação de cidadãos para um contexto globalizado e interdependente em relação à ciência, à cultura e à convivência com povos de outras nações, fundamentado em valores humanos universais.

Essa vigorosa atuação, demanda uma organização sedimentada na articulação entre o planejamento e a avaliação institucional, pois essa nova configuração possibilita que a CPA participe efetivamente do gerenciamento do processo de planejamento institucional, por meio de ações com o objetivo de gerar resultados que subsidiem o processo decisório da IES, assim como monitorar o desenvolvimento dos indicadores estratégicos, orientando ações corretivas em relação aos objetivos estabelecidos com base no gerenciamento dos processos de Avaliação Institucional em colaboração com a CPA.

Nesse contexto, este PAI destaca o papel da autoavaliação como instrumento de gestão, bem como sistematiza o processo de autoavaliação institucional. Compreende-se que o conhecimento da realidade institucional, permite a melhoria da articulação entre as políticas de ensino, pesquisa e extensão. Portanto, a qualidade acadêmica é perpassada pela coerência entre a missão, os princípios educativos e as políticas institucionais realizadas. Nesse contexto, faz-se necessário possibilitar aos membros da comunidade acadêmica, a autoconsciência de suas qualidades, dificuldades e desafios, a fim de aprimorar a cultura avaliativa.

Desse modo, o papel da autoavaliação está em acompanhar as ações decorrentes dos processos avaliativos, sedimentando a relação da autoavaliação com a gestão institucional.

Assim, a articulação entre planejamento e avaliação é compreendida como um processo de mobilização para o conhecimento crítico-reflexivo da realidade institucional, tendo em vista a qualificação da educação superior.

REFERÊNCIAS

BAWDEN, Richard. O objetivo educador da educação superior para o desenvolvimento humano e social no contexto da globalização. In: GUNI. **Educação superior em um tempo de transformação**: novas dinâmicas para a responsabilidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

BRASIL, **Lei nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em 24/05/2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei nº10.861** de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm Acesso em 24/05/2017.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MOROSINI, M. C. Qualidade da educação superior e contextos emergentes. **Avaliação**. Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 385-405, jul. 2014.

SOBRINHO, J. D. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

STAKE, R. E. **Pesquisa Qualitativa**: Estudando como as Coisas Funcionam. São Paulo: Penso, 2011.